



**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE
SERGIPE - FANESE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ALEXINALDO MALAFAIA DOS SANTOS

**A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO
NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.**

**Aracaju – SE
2013.2**

ALEXINALDO MALAFAIA DOS SANTOS

**A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO
NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis de Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Alex Santos Almeida.

Coordenadora: Prof^a. Esp. Luciana Matos dos Santos Figueiredo Barreto

Aracaju – SE
2013.2

ALEXINALDO MALAFAIA DOS SANTOS

**A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO
NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis de Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado (a) com média: _____

Prof. Alex Santos Almeida (Orientador)

**Prof.
1º Examinador**

**Prof.
2º Examinador**

Acadêmico: Alexinaldo Malafaia dos Santos

Aracaju (SE), ____ de _____ de 2013.

RESUMO

O bom desempenho da economia brasileira nos últimos anos vem impulsionando o crescimento das micro e pequenas empresas que são grandes geradoras de emprego e riquezas, o que contribui de maneira significativa para o aumento da formalização de toda economia. Observa-se, no entanto que grande parte desses pequenos negócios não possui um bom sistema de gestão e nem dispõem de instrumentos contábeis que aplicados corretamente forneçam informações eficazes e seguras para tomada de decisão. O estudo em questão, através de pesquisa bibliográfica sobre o assunto mostra o quanto é importante apresentar instrumentos que forneçam informações com segurança, que gerem o conhecimento da real situação financeira e patrimonial da micro e pequena empresa. Neste prisma, apresentou-se a contabilidade cuja função principal é de fornecer informações para a tomada de decisão como mecanismo mais apropriado e indispensável na produção de relatórios gerenciais e informativos aos gestores, através dos demonstrativos contábeis, que poderão ser utilizados no suporte da Gestão mostrando resultados e trazendo esclarecimentos a respeito da eficácia que as ferramentas utilizadas para gerir trazem ao cotidiano dessas empresas.

Palavras-chave: Contabilidade. Ferramenta de gestão. Micro e Pequena empresa.

SUMÁRIO

RESUMO.....	
1	INTRODUÇÃO..... 05
2	REFERENCIAL TEÓRICO..... 08
2.1	Contabilidade..... 08
2.2	Evolução Histórica..... 09
3	A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS..... 12
3.1	Micro e Pequena Empresa..... 13
4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... 15
4.1	Objetivo das Demonstrações Contábeis..... 15
4.2	Balanço Patrimonial..... 16
4.3	Demonstração de Resultado do Exercício..... 17
4.3.1	Demonstração do resultado do abrangente..... 18
4.4	Demonstração do Fluxo de Caixa..... 18
4.4.1	Método direto..... 19
4.4.2	Método indireto..... 20
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 21
REFERÊNCIAS.....	22
ABSTRACT.....	24

1 INTRODUÇÃO

A atual conjuntura econômica do Brasil frente às perspectivas e dialéticas transformações do mundo globalizado vêm sentindo expressivamente a necessidade de ferramentas e técnicas administrativas que possibilitem as empresas uma posição de segurança frente à tomada de decisões quanto aos rumos e as metas traçadas e assim possibilitando o crescimento ordenado e com sucesso.

Segundo o SEBRAE, o bom desempenho da economia brasileira no período 2000-2011, aliado às políticas de crédito, impulsionou crescimento das micro e pequenas empresas (MPE) no país e confirmou sua expressiva participação na estrutura produtiva nacional. Entre 2000 e 2011, verificou-se aumento do número de estabelecimentos das MPEs e do emprego gerado por estes estabelecimentos. Em 2011, as MPEs responderam em média por 99% dos estabelecimentos, mais da metade dos empregos formais de estabelecimentos privados não agrícolas do país e por parte significativa da massa de salários paga aos trabalhadores destes estabelecimentos. Seguindo o movimento de formalização de toda a economia, cresceu também o número de empregos com carteira de trabalho assinada, assim como o rendimento médio real recebido segundo Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2012 (pag19).

Não obstante a este crescimento neste cenário, esta necessidade tornou-se ainda mais expressiva, uma vez que oscilações frequentes impulsionam MPEs a valer-se de todas as alternativas possíveis para manter-se de portas abertas e seguir gerando emprego e renda em um mercado cada vez mais competitivo, mutável e globalizado. Neste sentido, a contabilidade apresentou-se como mecanismo de planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão, a fim de corrigir falhas na empresa e identificar pontos fortes mediadores do sucesso, fornecendo informações seguras para dar tomada de decisão e assim, propiciando as micro e pequenas empresas condições de projetar e programar estratégias vencedoras para prolongar e dar continuidade as suas atividades.

Independente da representatividade e importância das micro e pequenas empresas na economia do país é muito válido ressaltar que grande parte desses

pequenos negócios não possuem instrumentos que forneçam informações eficazes e seguras, proporcionando o desconhecimento da real situação financeira e patrimonial levando-as a extinção logo no primeiro ano de vida. Baseado nessas informações, a contabilidade torna-se o instrumento mais apropriado na produção de relatórios gerenciais e informativos através dos demonstrativos contábeis.

Tais questões trazem a tona a problemática:

A contabilidade como instrumento de gestão é fundamental para a continuidade das micro e pequenas empresas?

Este estudo tem como objetivo geral analisar o quanto é importante a contabilidade como instrumento de gestão para as micro e pequenas empresas e o uso dos relatórios financeiros baseados em princípios de contabilidade para assegurar a integridade e produzir assim informações úteis, relevantes e confiáveis que proporcione o esclarecimento necessário na tomada decisão.

Assim, apresentam-se como objetivos específicos:

Conceituar a contabilidade e sua evolução, mostrar a definição de micro e pequenas empresas em seus aspectos contábeis e identificar que tipo de informações fornecidas pela contabilidade são aplicáveis a micro e pequena empresa.

Esta abordagem, no entanto, justifica-se de modo relevante por mostrar que as informações e o auxílio fornecido pela contabilidade as MPEs são de suma importância para uma boa gestão, por contribuírem para a tomada de decisão, minimizando os riscos, projetando e prolongando a continuidade de suas atividades, possibilitando assim, maior desenvolvimento.

Convém destacar que este estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental, através livros, dando destaque ao pensamento de GIMENEZ, Levi, OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva, SANTOS, Fernando Almeida; VEIGA, Windsor Espenser, revistas, entre outros. Além destes, buscaram-se também resposta ao tema em estudo.

Torna-se assim importante leitura para administradores e estudantes da área por trazer conceitos de contabilidade e sua evolução, contabilidade voltada para a tomada de decisão e foco em gestão da micro e pequena empresa e apresenta também conceito de balanço patrimonial, demonstração do resultado de exercícios e demonstração de fluxo de caixa, conceitos com as classificações das micro e pequenas empresas, além da apresentação de resultados finais que

possibilitam a construção de novas ferramentas essenciais para sucesso no mercado globalizado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade

Definida como uma ciência que estuda o patrimônio de uma entidade visando fornecer informações importantes para o desenvolvimento de suas atividades, a contabilidade é apresentada por Silva (2006, p 3) "...como um grande depósito de informações da empresa. Se organizada e controlada adequadamente, pode dar subsídios aos usuários sobre qualquer tipo de informação, seja de natureza econômica, seja financeira, de produção fiscal ou social."

Igualmente, torna-se instrumento essencial de gestão, uma vez que, mede informações precisas para a tomada de decisão, por abranger informações relevantes no âmbito econômico, financeiro, gerencial e social, viabilizando, assim, novas perspectivas de forma segura.

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.
(MARION, 2006, p. 23 e 24)

Nesta conjuntura, as informações internas das empresas são organizadas e formuladas pela contabilidade proporcionando condições satisfatórias para a resolução de problemas, superação de desafios, observação de custos e atendimento eficaz diante das novas exigências do mercado, bem como da necessidade dos clientes. Daí a afirmação Schnorr (2008 apud GIMENEZ E OLIVEIRA, 2011, p. 6) "A contabilidade é antídoto à saúde financeira de qualquer empresa, independente do porte ou da formação jurídica."

Para isso, entretanto, a contabilidade gerencial utiliza-se de técnicas específicas na coleta dos dados operacionais, de modo que estes se organizem em

relatórios úteis ao processo de tomada de decisões administrativas e orientem com precisão as entidades às decisões que lhe garantam sucesso e lucratividade.

Deste modo, demonstrações contábeis obrigatórias simplesmente ao fisco já não são suficientes; faz-se mister, oferecer por meio delas, alternativas para lidar com os novos indicadores do mundo globalizado e no mercado em constante desenvolvimento.

2.2 Evolução Histórica

A ideia de contabilizar está ligada desde os primórdios da história, as primeiras manifestações humanas e suas necessidades sociais de proteção às posses e de perpetuação e interpretação dos fatos ocorridos com o objeto material de que o homem sempre dispôs para alcançar os fins propostos.

Ao deixar a caça, fonte primária de sobrevivência, o homem voltou-se à organização da agricultura e do pastoreio. Tal organização econômica acerca do direito do uso do solo rompeu com o antigo conceito de vida comunitária e fez surgir às divisões e o senso de propriedade ao passo que cada pessoa criava sua riqueza individual.

O surgimento da contabilidade é incerto. Podemos dizer que se confunde com a civilização, à medida que o homem deixou de ser nômade e necessitou fazer contas, dedicar-se a agricultura e pastoreio, estágio em que a civilização dá lugar à produção individual e carece de separação de contas.

(GIMENEZ E OLIVEIRA, 2011 p.2 e 3).

A constatação de tais questões foi atestada através de trabalhos arqueológicos os quais foram encontrados vestígios do uso de sistemas contábeis na pré-história, durante o período Mesolítico (entre 10000 e 5000 a. C.). Alguns historiadores, inclusive, encontraram vestígios da mesma natureza, entre 8000 e 3000 a.C., na região da Suméria e da Mesopotâmia, em materiais diversos e com técnicas distintas, demonstrando, já neste período, a efetivação de registros destinados ao controle material dos indivíduos.

Sá (1997 apud GIMENEZ E OLIVEIRA, 2011, p. 3) afirma até mesmo que “As demonstrações contábeis datam de aproximadamente 2000 a.C. Na Mesopotâmia, onde havia um livro antecessor ao Livro Razão, existiam demonstrações e sumários de fatos patrimoniais, orçamentos e receita e despesas públicas a cálculos de custos.”

Pode-se ainda observar que nos tempos bíblicos, o controle de ativos era prática comum. Na Bíblia, citações onde as referências contábeis se apresentam desde a narração da própria criação, realizada em sete dias e registrada no Livro Gênesis capítulo 1, verso 2,3 até a sua conclusão quando se computa o número dos que serão salvos após a grande tribulação, os 174, no livro do Apocalipse capítulo 14, verso 3. Deixando também em muitas outras ocasiões, este registro contábil, como na história de José, no Egito, quando houve tal acumulação de bens que perderam a conta do que se tinha (GÊNESIS 41.49); ou mesmo no livro de Jó, homem cujo patrimônio foi detalhadamente inventariado no livro que levou seu nome, capítulo 1, verso 3. E, depois de perder tudo, recupera-o em seguida, um novo inventário é apresentado em Jó, capítulo 42, verso 12.

Convém citar ainda os bens e as rendas de Salomão, que também foram inventariados em 1º Reis 4.22-26 e 10.14-17. Ou mesmo destacar a parábola de Jesus, onde há citação de um construtor que faz contas para verificar se o que dispunha era suficiente para construir uma torre (LUCAS 14.28-30); e por fim, relatar a história de um devedor, que foi perdoado de sua dívida registrada (Mateus 18.23-27).

Porém, na linguagem que hoje compreendemos, acredita-se que foi com a edição da Suma aritmética, geométrica, proporção e proporcionalidade em 1494, escrita pelo religioso franciscano Frei Luca Pecíolo que se deu o desenvolvimento da contabilidade, não obstante haja contestações por parte de alguns historiadores da contabilidade que afirmam a existência do método na Europa, muito embora a contabilidade enquanto linguagem dos negócios, tenha se tornado relevante a partir do século XX, mediante o pragmatismo da escola americana, que se preocupou principalmente com os aspectos econômicos.

A padronização da contabilidade financeira deu-se, entretanto, em 1939, com a efetivação do Generally Accepted Accounting Principles - GAAP, que orienta no sentido contábil as empresas americanas, dando-lhes suporte ao redor do mundo. Tal influência norte-americana impactou de forma significativa a

contabilidade de outros países, de modo que, no Brasil, pode-se perceber a este fato pela elaboração da Lei nº 6.404/76, a Lei das Sociedades por Ações.

No entanto, a Lei nº 11.638, de 28/12/2007, revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76, gerando possibilidades para a implementação das normas internacionais para as grandes empresas, através dos CPC's emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e, para as pequenas e médias empresas, o pronunciamento específico às PME's, ou "Contabilidade para PME's".

O grande desafio para o Brasil inicia em 2010 com a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, a cargo do IASB – International Accounting Standard Board, entidade constituída em 2001, substituída o IASC – International Accounting Standard Committee, fundado em 1973, contando inicialmente com órgãos profissionais dos países Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Holanda, Irlanda, Japão, México, Reino Unido. Atualmente, 117 países são signatários deste padrão contábil. (GIMENEZ E OLIVEIRA, 2011 p.4)

Isso porque a convergência às normas internacionais no Brasil é de responsabilidade do CPC – Comitê de Pronunciamentos contábeis, que tem como objetivo, conforme a Resolução CFC 1.055/05, o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, de modo a possibilitar a construção de normas pela entidade reguladora brasileira, objetivando a centralização e uniformização do seu processo de produção, sem perder de vista a convergência da contabilidade brasileira às internacionais. Tal órgão é composto pela Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA; Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC NACIONAL; Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA; Conselho Federal de Contabilidade – CPC; Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON; e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras – FIPECAPÍ.

É importante, por fim, citar que em 2010, grandes empresas aderiram ao padrão internacional ao tempo que as pequenas e medias empresas permaneceram obrigadas à "Contabilidade das PMEs", trazendo à tona a certeza de que, aproveitar as novas tendências para aprimorar seus negócios, sendo também um desafio para os contadores, assim como para os demais profissionais que usam a contabilidade, que necessitam reciclar conceitos, bem como para as empresas.

3 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O mundo contábil está permeado por constantes mutações que exigem atualização constante do seu conteúdo normativo e diretivo no âmbito empresarial. Nesse sentido, no dia 10 de dezembro de 2009 o CPC reconheceu o pronunciamento técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, o qual foi aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, via resolução CFC 1.255/09, originando, com isso, a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Tal reconhecimento normativo é de suma importância para o norteamento das atividades econômicas desenvolvidas em pequenas e médias escalas, pois as estruturam para o seu melhor ordenamento e funcionamento, tendo em vista o seu eficaz desenvolvimento perante as expectativas do mercado atual. Um mercado cada vez mais globalizado e que exige respostas imediatas e eficientes. O controle organizado e atualizado desse mecanismo de controle contábil vai favorecer o fluxo adequado para tais finalidades.

A inovação de sua cadeia de ordenamento essencial é extremamente necessária para dar um respaldo à altura das expectativas da economia atual. É verdade que vivemos no cenário internacional um momento econômico instável e ainda preocupante, sobretudo na economia europeia e norte-americana. Um olhar mais interessado para a estruturação e organização das pequenas e médias empresas se faz indispensável para o conjunto do desenvolvimento econômico global.

Afinal, as atividades das inúmeras pequenas e médias empresas existentes no mundo fazem uma diferença enorme na estabilidade do macro universo econômico. Não existe uma economia fundada e sustentada somente pelo capital empresarial das grandes empresas. A economia gira em torno do funcionamento de todas as empresas existentes, independentemente do seu porte estrutural. Todas as empresas têm a sua importância para o equilíbrio e desenvolvimento econômico mundial.

Ademais, uma atenção cuidadosa para a sua dinâmica de funcionamento se faz necessário para uma leitura correta do cenário econômico atual, no que diz respeito aos seus riscos e potencialidades de investimento e desenvolvimento.

“Gerir é fugir da descontinuidade, não é necessariamente estar em sintonia com os movimentos do ambiente, talvez, antecipá-los para transformar em resultado, embora liderança de um momento nem sempre signifique lucros, por outro lado, olhar a concorrência conquistar espaço, ou não tomar atitudes positivas, é não tirar a empresa de seu curso natural”.

(GIMENEZ E OLIVEIRA, 2011 p.60)

A gestão inteligente, cuidadosa e preventiva das atividades realizadas pelos setores empresariais fará uma diferença significativa na obtenção eficaz do seu lucro esperado. O planejamento empresarial atrelado a organização contábil dará a margem de segurança necessária para que as atividades desenvolvidas não corram riscos desmedidos, descabidos e inesperados ao longo do seu processo evolutivo.

Contudo, como já salientamos, todas as empresas precisam ser enxergadas e assumidas com a seriedade que se espera de um mundo empresarial. Todas elas, independentemente de seu porte estrutural, uma vez bem pensada e estruturada, têm o seu potencial expressivo e sua importância específica para o desenvolvimento econômico global. Afinal, não dá para pensar a vitalidade de uma empresa específica desatrelada do contexto econômico universal, sobretudo, no nosso mundo hodierno, essencialmente globalizado.

3.1 Micro e Pequena Empresa

A economia depende, essencialmente, das inúmeras empresas existentes, não obstante o seu porte estrutural específico. Todas elas possuem a sua importância própria e sua parcela proporcional no ordenamento e no equilíbrio da dinâmica econômica global.

Atualmente, há várias definições utilizadas para classificar as empresas quanto ao porte, sua definição pode ser entendida à luz da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a qual institui o Estatuto Nacional da

Microempresa e da Empresa Pequeno Porte (validade de 2007 a 2011) do seguinte modo:

Art. 3º para os fins previsto na Lei Complementar 123 (alterada pelas Leis Complementares nº 127 e 128) consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da lei nº 10.446, de janeiro de 2002 (Novo Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)II – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). (BRASIL,2006)

Definiram-se também as micro e pequenas empresas de acordo com a receita anual a partir de 2012, segundo a Lei complementar Federal nº 139, de 10/11/2011.

[...] I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e
II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). (BRASIL,2011)

Outra definição vem do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). A entidade limita as micro que empregam até nove empregados, no caso do comércio e serviços, ou até dezenove, no caso dos setores industrial ou de construção. Já as empresas de pequeno porte são definidas como as que empregam de vinte a noventa e nove na indústria, e de dez a quarenta e nove empregados, no caso de comércio e serviços.

Portanto, a receita bruta agregada ao longo do ano vai definir especificamente o porte estrutural de determinada empresa, tipificando-as em micro, pequena ou grande empresa, segundo as suas arrecadações próprias. Tal diferenciação se faz oportuna e necessária para o adequado planejamento de ações oportunas para o desenvolvimento de atividades econômicas que sejam potencializadas segundo a sua essência produtiva específica.

4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

É bem verdade que nem todos possuem a capacitação específica para a compreensão da dimensão empresarial como um todo. Assim sendo, as demonstrações contábeis são extremamente importantes para um perfeito entendimento da situação patrimonial, econômico e financeiro da entidade. Segundo, Gimenez e Oliveira (2011, p. 92) “As demonstrações contábeis são um conjunto completo de demonstrações destinadas à tomada de decisão”.

Tais demonstrações tornam-se imprescindíveis para uma visão geral e pontuada das questões mais importantes e vitais de toda entidade. Elas possibilitam, com isso, várias informações vitais para a melhor racionalização de todo o processo desenvolvido por determinada empresa, favorecendo uma maior atuação nas potencialidades de suas atividades, bem como uma atenção mais cuidadosa nos aspectos ainda iniciais e sujeitos a riscos na obtenção dos lucros desejados.

Desse modo, as demonstrações contábeis nos inserem numa visão completa do ordenamento interno de uma referida empresa. Daí a afirmação de Souza (2010, p.133) “Qualquer que seja o empreendimento, pequeno ou grande porte, tem necessidade de conhecer o com junto das operações, por meio de relatórios contábeis”.

Elas possuem de maneira uniforme e completa, informações sobre os aspectos mais importantes da estruturação empresarial. Sua adequada apresentação detalhada são exigências podem que ser encontradas normativamente na seção 3 da Norma de Contabilidade para pequenas e médias empresas. Seu entendimento é vital como apresentação adequada à representação confiável do efeito das transações para a compreensão no tocante ao funcionamento das entidades.

4.1 Objetivo das Demonstrações Contábeis

Podemos afirmar que o objetivo das demonstrações contábeis consiste na disponibilização de informações acerca da posição patrimonial e financeira da empresa, bem como do desempenho e das mudanças na posição financeira sofridas pela mesma, as quais serão utilizadas nas avaliações e tomadas de decisão sobre as atividades econômicas realizadas.

O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é fornecer informações financeiras (balanço patrimonial), o bom desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxo de caixa da entidade, que é útil para tomada de decisão por vasta gama de usuários, que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação. As demonstrações contábeis também podem mostrar os resultados de diligência a administração ou seja a responsabilidade pelos recursos confiados a ela.
(CRCRS, 2011)

Ademais, bem como no fornecimento ético e íntegro da sua respectiva prestação de contas das atividades geridas. Isto é fundamentalmente necessário para que as micro e pequenas empresas adquira uma organização básica de sua estrutura constitutiva, que seja capaz de atender as demandas do mercado econômico atuante.

4.2 Balanço Patrimonial

Qualquer atividade desenvolvida para alcançar êxito, precisa num dado momento histórico, passar por uma espécie de avaliação, de confronto de seus próprios resultados, de questionamento acerca do que já foi feito e do que vem sendo realizado. Tal avaliação, na realidade empresarial é denominada de balanço patrimonial.

O balanço patrimonial, numa ilustração limitada de sua extensão e capacidade, é como uma “peneira”, através da qual se refinam os resultados mais significativos e expressivos desenvolvidos por uma empresa. Nele reconhecemos o sucesso econômico das atividades empreendidas, bem como os riscos sofridos que dificultam o crescimento econômico pleiteado.

Assim sendo, sua finalidade é essencialmente econômica. Isto é, o balanço patrimonial visa apresentar a real situação econômica e financeira de uma

determinada empresa, tal como nos adverte Santos e Veiga (2012, p. 26): “é um demonstrativo contábil que possibilita acompanhamento e melhor entendimento da situação econômica e financeira das entidades”.

Em se tratando de um balanço realizado numa determinada data ele é de cunho estático. Nesse sentido, o resultado do exercício anterior pode diferir da atual situação e do que se espera no futuro. Como estamos falando de uma dinâmica empresarial, espera-se sempre um maior desenvolvimento possível da entidade, visando constantemente um maior crescimento econômico na obtenção dos resultados e do lucro adquirido.

No entendimento de Silva (2006, p. 6), no balanço patrimonial encontramos informações importantes, tais como: “[...] recursos disponíveis, de que maneira estão aplicados, grau de liquidez (capacidade de pagamento), nível de endividamento (proporção entre o capital próprio e dívidas), perfil da dívida (distribuição entre curto e longo prazo) etc.”

Portanto, o balanço patrimonial é essencial para uma compreensão acerca da realidade vital da economia produzida por uma empresa. Ele serve para uma avaliação cuidadosa e detalhada dos elementos mais importantes que a empresa é portadora.

4.3 Demonstração do Resultado do Exercício

Ao término de todas as atividades econômicas desenvolvidas por uma determinada empresa, num dado período, temos demonstração dos resultados do exercício, tal como nos mostra Iudícibus e Marion (2010, p. 226):

A demonstração do resultado do exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses). É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo).

Tal demonstração possibilita uma apreciação dos valores referentes a tudo quanto fora atingido nesse período de tempo abrangido. Os respectivos resultados vão ilustrar positivo o negativamente, a real situação das atividades empreendidas pela empresa nesse período.

A partir valor obtido através do resultado (lucro ou prejuízo), a ser transferido para o patrimônio líquido que se inicia a demonstração de resultado abrangente.

4.3.1 Demonstração do Resultado Abrangente

As demonstrações do resultado abrangente dizem respeito ao patrimônio líquido adquirido e desenvolvido pela participação, inclusive, de sócios na qualidade de proprietários da empresa referida. Noutros termos, os lucros líquidos adquiridos e conquistados pelo desenvolvimento empresarial, com a participação da empresa e de seus sócios são denominados de resultado abrangente.

A Demonstração de Resultado Abrangente Total é a diferença entre todas as receitas e todas as despesas (soma do resultado com outros resultados abrangentes), assim, não pode ser entendida como um elemento separado, uma vez que não é necessário nenhum princípio específico para seu reconhecimento, ou seja, todos os princípios para reconhecimento e mensuração, válidos as demais demonstrações, são válidos para a abrangente.
(GIMENEZ, 2012)

É, portanto, de cunho mais amplo, dado a inserção de outros agentes no seu processo, tais como os sócios da respectiva empresa. Quanto maior a participação e investimento, em condições favoráveis de mercado, maior será a obtenção da liquidez de seus resultados, no que toca a obtenção de seus lucros.

As pequenas e médias empresas, que raramente necessitarão elaborar esta demonstração, limitando-se as informações da demonstração de resultados.

4.4 Demonstração do Fluxo de Caixa

Qualquer empresa, independentemente de seu porte estrutural, precisa gerir adequadamente o fluxo de caixa que é um instrumento que mostra a entrada e saída de recursos monetários em determinado período de tempo tornando-se indispensável para uma boa avaliação dos negócios da empresa.

Segundo Santos e Veiga (2012, p. 89) “a Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade para um período contábil, evidenciando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento”.

Tal demonstrativo possibilita, com isso, sentir até que ponto a empresa está se desenvolvendo e crescendo, segundo os lucros obtidos progressivamente, ou mesmo, retraindo-se, de acordo com o decréscimo de seus lucros. Serve, portanto, como um termômetro para analisar a atual situação da empresa e suas respostas frente as expectativas e demandas do comércio e economia atuais.

No entendimento de Santos e Veiga (2012, p. 89), “as informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa,e equivalentes a caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa”.

Portanto, o demonstrativo do fluxo de caixa é fundamental para uma apreciação básica das potencialidades da empresa diante do que o mercado espera dela. A medida que ela atende as expectativas do consumo atual, ela se desenvolve, se potencializa e cresce progressivamente.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa indica, no mínimo, as alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos investimentos. Essa demonstração será obtida de forma direta (a partir da movimentação do caixa e equivalentes a caixa) e de forma indireta (com base no Lucro /Prejuízo do Exercício). As praticas internacionais dispõem que essa demonstração seja segregada e de caixa: os fluxos das atividades operacionais, das atividades de financiamento e das atividades de Investimento.
(MARION, 2011, p.55)

4.4.1 Método direto

No método direto estrutura-se a demonstração do Fluxo de Caixa. Resume todos os pagamentos e recebimentos decorrentes das atividades operacionais da empresa, apresentando os componentes do fluxo por seus valores brutos esse método deve apresentar, pelo menos, alguns pagamentos e recebimentos como: recebimentos de clientes, juros e dividendos recebidos,

pagamentos de fornecedores e empregados, juros pagos, imposto de renda pago, outros recebimentos e pagamentos.

Para Guerra (2010, p.230) “O método direto demonstra todos os recebimentos e pagamentos resultantes das atividades operacionais da empresa. Cada receita monetária é considerada uma fonte de recursos e cada despesa monetária, uma aplicação”.

4.4.2 Método Indireto

O método indireto consiste, em demonstrar evidenciando, dentro do mesmo período considerado demonstração do resultado, parte-se do lucro líquido para, após os ajustes necessários, chegar-se ao valor das disponibilidades produzidas no período pelas operações registradas na Demonstração do Resultado do Exercício. Esses ajustes consistem em itens, tais como depreciação, amortização, exaustão e provisões que não modificam o caixa da empresa.

Para Padoveze (2012, p. 389), “A Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método indireto é muito similar à DOAR, pois também parte do lucro líquido do exercício, sendo ajustado por itens que não representam saída ou entrada efetiva de caixa”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a grande participação das micro e pequenas empresas na geração de empregos e riquezas e com elevada competitividade do mercado atual, o empresário não pode mais tomar suas decisões sem respaldo contábil. Decisões essas que contribuem para sua sobrevivência no mercado.

O objetivo desse trabalho acadêmico foi apresentar as vantagens e benefícios que os instrumentos da contabilidade, podem trazer as micro e pequenas empresas, especificamente através da metodologia das demonstrações contábeis que mostra adequadamente a situação patrimonial o desempenho empresarial, recursos disponíveis e tamanho da empresa, tornado assim a contabilidade como instrumento indispensável à gestão por trazer maior grau de confiabilidade as informações apresentadas na tomada de decisão com eficiência e eficácia, fator essencial principalmente as MPEs que, buscando garantir seu espaço no mercado globalizado e necessitam garantir decisões acertadas, a fim de evitar prejuízos.

Observa-se, neste prisma a urgência em desenvolver esta prática nessas entidades com o objetivo de garantir o crescimento e o sucesso destas micro e pequenas empresas, uma vez que a dialética do mercado é constante e avassaladora, tornando os desafios a cada dia mais provocadores e exigindo maior precisão na tomada de decisão dos rumos e investimentos das mesmas.

Enfim, este estudo não é conclusivo e nem pretendeu esgotar o assunto; na realidade é sugerido sua ampliação, explicando detalhadamente cada item das ferramentas apresentadas e os passos de implantação, uma vez que cada micro e pequena empresa têm suas peculiaridades e as transformações no cenário econômico são a cada dia mais desafiadoras.

REFERÊNCIAS

Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2010-2011. 4. Ed. /Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Org.); **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos** [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas e gráficos]. – Brasília, DF;

BRASIL, **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006** e demais atualizações ate maio de 2012. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa Pequeno Porte.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>. Acesso em 08 de outubro de 2013.

BRASIL, **Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011**. Altera dispositivos da Lei Complementar 123/2006, e dá outras providências <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2011/leicp139.htm>. Acesso em 08 de dezembro de 2013.

CRCRS, **Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas**. Porto Alegre. Evangraf, 2011.

GUERRA, Luciano. **Contabilidade Descomplicada**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GIMENEZ, Levi, **Essência Sobre a Forma**. Disponível em: <http://www.essenciasobreaforma.com.br/colunistas_base.php?id=105> Acesso em 12 de novembro de 2013.

GIMENEZ, Levi, OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Contabilidade para gestores**. São Paulo: Atlas, 2011.

IUDÍCIBUS Sérgio, MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Comercial**. São Paulo: Ed Atlas S.A.,2012.

MARION, Jose Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Ed Atlas S.A.,2010.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Ed Atlas S.A.,2006
PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de Contabilidade Básica**. São Paulo: Ed Atlas S.A.,2012.

SANTOS, Fernando Almeida; VEIGA, Windsor Espenser. **Contabilidade: com ênfase em micro, pequenas e medias empresa.** São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Edson Cordeiro. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas.** Curitiba: Juruá, 2006.

SOUZA, Luiz Carlos de. **Controladoria aplicada aos pequenos negócios.** São Paulo: Ed Atlas S.A.2010.

ABSTRACT

The good performance of the Brazilian economy in recent years has stimulated the growth of micro and small enterprises that are large generators of wealth and employment , which contributes significantly to the increased formalization of the whole economy. We observe , however, that many of these small businesses do not have a good management system and not have financial instruments that applied correctly give efficient and reliable information for decision making . This study , through a literature review on the subject shows how important it is to present tools that provide information safely , managing the knowledge of the actual financial position of the micro and small enterprises . In this light, he presented the accounts whose primary function is to provide information for decision-making as more appropriate and indispensable mechanism in the production of management information and reports to managers , through the financial statements , which may be used in support of management showing results and providing clarifications regarding the efficacy that the tools used to manage these companies bring to everyday life .

Key words : Accounting . Management tool . Micro and Small Business .